



MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 199 - Março 2014

NOSSA OPINIÃO

- [Mulheres e a crescente mercantilização](#)

A LUTA DAS MULHERES: UMA LUTA DE TODAS E TODOS

- [Uma das falsas soluções do capitalismo a suas crises: tornar o patriarcado mais forte](#)
Hoje nos enfrentamos a uma forte reestruturação do sistema para manter a ordem de opressão e exploração que evidencia e amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem. Hoje em dia, frente à “crise”, o sistema está operando um grande ajuste na relação capital/trabalho e a transferência de custos da produção capitalista às mulheres e ao trabalho reprodutivo que realizam é parte deste ajuste.
- [Papéis, direitos e responsabilidades das mulheres em relação aos recursos naturais: Algumas reflexões a partir da Região do Mekong](#)
Na Tailândia, no Laos, no Camboja, no Vietnã e em Mianmar, até hoje é comum a mulher ser a “proprietária” das terras onde estão os arrozais ou as plantações de arroz em terras altas. As mulheres, portanto, podem ser as únicas integralmente responsáveis pela preservação desses recursos para as próximas gerações.
- [Mudanças na esfera familiar: notas sobre eucalipto e mulheres em Mato Grosso do Sul](#)
Em Mato Grosso do Sul, na região dos monocultivos de eucaliptos, a defesa das sementes para a vida e enfrentamento do agronegócio, em particular da celulose, é um caminho complexo porque tecido de autonomia e subalternidade.
- [Mulheres e plantações: benefício ou sofrimento? A experiência da Nigéria](#)
A louca corrida pela terra para grandes plantações de árvores na África por parte de empresas transnacionais está alimentando o desmatamento maciço, o que causa impactos socioeconômicos e ambientais graves nas comunidades e territórios dos povos da floresta.
- [Mulheres e petróleo: a luta pelo sumak kawsay](#)
Exemplos vindos do Equador e da Nigéria são apenas uma mostra de como as mulheres, principalmente indígenas e camponesas, enfrentam o poder patriarcal, tanto na esfera pública quanto em suas comunidades. No tema do petróleo, é comum ver, na América Latina, que elas são as primeiras em defender o território diante das ameaças de projetos extrativistas.
- [Brasil: Exploração sexual de mulheres em torno da construção de megarepresas na Amazônia](#)
A ONG feminista SOF realizou um novo vídeo chamado “Nosso corpo nos pertence”, fazendo uma reflexão sobre a exploração sexual das mulheres no atual contexto de aprofundamento do capitalismo neoliberal. No vídeo, abre-se um espaço importante para as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens relatarem a exploração sexual das mulheres em torno de megabarragens, como a de Belo Monte, na região Amazônica do Brasil.
- [Conflitos ambientais e mulheres na África](#)
Um relatório interessante, de Edwin C. Perry, Cheryl Potgieter e Urmilla Bob (1) destaca as ligações entre os conflitos ambientais e as mulheres.

POVOS EM AÇÃO

- [Campanha internacional para definir as florestas pelo que elas realmente significam](#)
- [Dia Internacional em Defesa das Sementes Camponesas](#)

- [Denuncia de um pacto para transformar a região em um grande deserto de eucaliptos](#)

RECOMENDADOS

- [Environmental Justice Atlas](#)
- [Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development](#)

NOSSA OPINIÃO

-Mulheres e a crescente mercantilização

Hoje em dia, muitas grandes empresas dedicam algum espaço ou têm alguma linha de ação que enfatize a igualdade de oportunidades oferecidas às mulheres. São empresas que se preocupam em mostrar a importância que dão a incorporar as mulheres às estratégias empresariais. Essa preocupação parece ser uma postura politicamente correta em tempos nos quais, felizmente, crescem em muitos países as políticas específicas para as mulheres, buscando reduzir uma desigualdade histórica. Mesmo assim, a questão está longe de ser resolvida; por exemplo, estudos comprovam que, em relação aos empregos formais, as mulheres continuam ganhando significativamente menos que os homens, mesmo cumprindo as mesmas tarefas. Também continua difícil encontrar mulheres nos postos mais altos dentro de empresas.

Além disso, o sistema capitalista e neoliberal, que têm nas grandes empresas seus maiores ícones, transforma cada vez mais tudo que existe na terra em mercadoria, até mesmo as mulheres. Basta assistir a propagandas de televisão nas redes de empresas privadas que compõem os chamados grandes meios de comunicação. E o que dizer das grandes empresas que, mesmo tendo alguma política específica para as mulheres empregadas, continuam se apropriando, em ritmo acelerado, de terras e florestas para explorar mais minérios, petróleo, plantações de árvores e rios para fazer grandes hidrelétricas? Essas empresas causam sempre um grande impacto na vida das comunidades nessas áreas e, principalmente, na vida das mulheres. Isso porque as mulheres dependem de uma forma específica e profunda das florestas, dos rios, como vários artigos neste boletim buscam mostrar. A entrada de projetos destrutivos em seus territórios muda radicalmente a vida delas. Mesmo assim, na maioria das vezes, suas histórias não aparecem, a não ser que alguém se disponha, que alguém tenha a sensibilidade de escutar e registrar aquilo que elas têm para dizer.

Além de ouvir algumas destas histórias, há um determinado impacto ainda menos visível, mas que merece ser conhecido e denunciado: a exploração sexual de mulheres em grandes empreendimentos, como as grandes hidrelétricas na Amazônia. Essas represas não só representam uma violação pelos milhares de hectares de floresta que ficarão debaixo d'água. A construção dessas obras

também representa violações e agressões para mulheres que, por falta de outra opção, se veem obrigadas a colocar seus corpos à disposição dos milhares de trabalhadores que se esforçam dia e noite para realizar a obra, sendo que eles também são bastante explorados. Qualquer tentativa dessas mulheres de sair ou fugir da situação, ou de denunciar abusos, é muito difícil, já que elas costumam ser coagidas e ameaçadas para não fazer isso. Mulheres forçadamente submetidas a esta condição perdem por completo sua liberdade.

Dar igualdade de oportunidades de emprego em empresas é algo importante, mas a lógica pela qual o sistema capitalista atua não visa a igualdade. O sistema capitalista, quando busca se expandir, por exemplo, sobre as florestas tropicais, com seus grandes empreendimentos e projetos, visa e consegue beneficiar apenas alguns, mas em detrimento de muitos outros, sobretudo das mulheres. É por isso que esse sistema acaba reforçando o sistema patriarcal. As consequências para as mulheres são mais empobrecimento, mais desigualdade e menos liberdade.

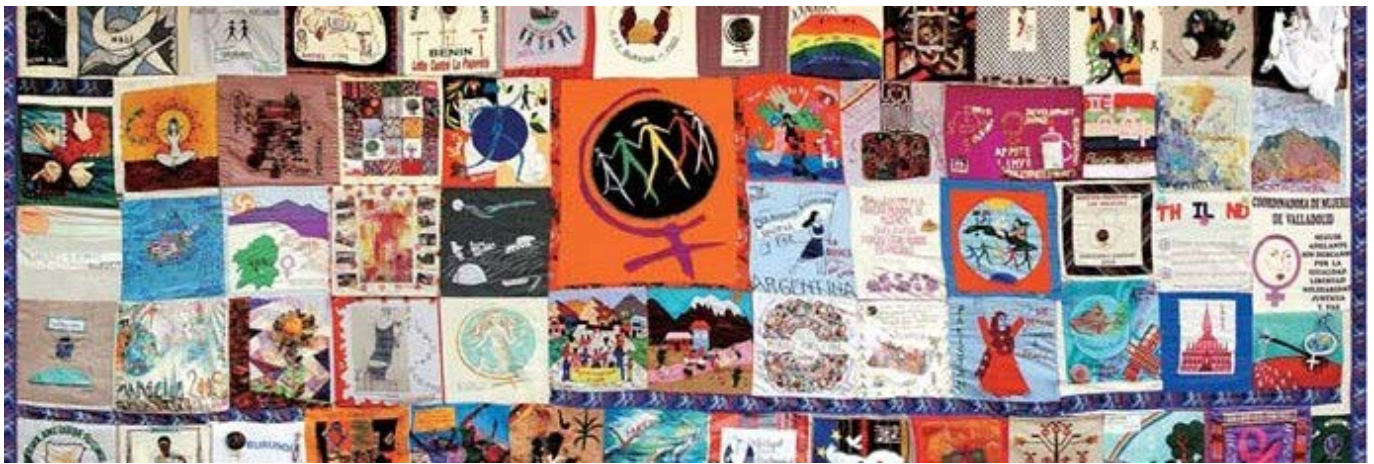
Mas a história não é só de perdas e impactos negativos, as mulheres reagem e é isso que também precisa ser mostrado e nos anima a produzir mais este boletim de março, para comemorar o dia 8, Dia Internacional da Mulher; são histórias de luta das mulheres pela liberdade e pela justiça, defendendo seus territórios e suas florestas com uma força incrível. Desde a América Latina, passando pela África e a Ásia, as mulheres cada vez mais falam, se organizam e testemunham sobre o que ocorre nas suas comunidades e com suas florestas, e fazem suas reivindicações.

É de suma importância que sempre busquemos reforçar seu papel nas lutas, porque só assim essas lutas se tornam uma luta de todas e todos. E é com muita satisfação que esta 200ª edição do boletim do WRM é dedicada à luta das mulheres!

[Início](#)

A LUTA DAS MULHERES: UMA LUTA DE TODAS E TODOS

-Uma das falsas soluções do capitalismo a suas crises: tornar o patriarcado mais forte



Hoje nos enfrentamos a uma forte reestruturação do sistema para manter a ordem de opressão e exploração que evidencia e amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem.

Neste processo atual de acumulação, conhecido como “acumulação por despossessão”, tudo se transforma em mercadoria – água, ar, florestas, sementes, serviços como educação e saúde. A desigualdade e a concentração de riqueza aumentam e quem paga os custos da crise do capital são os setores pobres e médios das sociedades. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2009, ano de agudização da crise, enquanto o desemprego cresceu 10% a mais em relação a 2007, os ricos (aqueles com mais de um milhão de dólares para investimento) aumentaram sua riqueza total em 18%.

Hoje em dia, frente à “crise”, o sistema está operando um grande ajuste na relação capital/trabalho e a transferência de custos da produção capitalista às mulheres e ao trabalho reprodutivo que realizam é parte deste ajuste. O trabalho reprodutivo é o trabalho de cuidar dos demais, a preparação dos alimentos, a limpeza, etc., que é realizado majoritariamente no espaço doméstico e pelas mulheres. As mulheres são gestoras da precariedade em suas casas. Assim, na maior parte dos casos, são elas que se ocupam de cuidar das pessoas quando o número de leitos nos hospitais é reduzido ou os hospitais fecham, quando os centros de educação infantil fecham ou não oferecem alimentação escolar.

A deslocalização da produção de mercadorias se combina a uma deslocalização do trabalho de cuidados com um enorme contingente de mulheres do sul e de áreas mais pobres migrando para o norte ou áreas mais ricas para cuidar das crianças, velhos e doentes, enquanto ninguém cuida delas.

Em países em que a repressão à luta por direitos é ainda mais forte, as condições de trabalho são ainda mais dramáticas, o que se evidencia em episódios como o incêndio e desmoronamento das oficinas de costura em Dhaka, Bangladesh, em 24 de abril de 2013, tirando a vida de 1.127 pessoas, em sua maioria mulheres.

O controle sobre o corpo e a vida das mulheres

O patriarcado combinado ao capitalismo não se apropria somente do trabalho das mulheres, mas também da própria origem da sua capacidade de trabalho, ou seja,

dos seus corpos. No período inicial do capitalismo (a acumulação primitiva), não apenas a divisão sexual do trabalho foi instrumentalizada, mas também a sexualidade, instituindo o casamento heterossexual e a maternidade como norma, às vezes promovendo a prostituição, outras vezes condenando as mulheres na prostituição e perseguindo as mulheres que tinham conhecimento sobre métodos contraceptivos.

A economia de mercado da exploração do trabalho não remunerado das mulheres corresponde a uma sociedade de mercado que pressupõe a organização dos e das trabalhadoras em famílias nucleares. Podemos comprovar que nas últimas duas décadas houve um aumento contínuo do conservadorismo, que valoriza o papel das mulheres na família para justificar sua sobrecarga de trabalho e sua responsabilidade frente ao corte das políticas públicas de apoio à reprodução social (em países onde elas existiam) ou para impedir a aprovação de tais políticas. Ao mesmo tempo, há uma crescente pressão para que as mulheres saiam do mercado de trabalho como forma de diminuir as taxas de desemprego. Entre os mecanismos utilizados está a oferta dos salários mais baixos para as mulheres, a imposição do corte aos serviços públicos que resultam tanto no maior desemprego de mulheres (que são a maioria no setor público) como em mais tarefas de cuidados assumidas por elas sem custos para o Estado ou para o setor privado.

O controle do corpo das mulheres é mais complexo hoje, quando imagens opostas do corpo, coberto por uma burca ou do corpo nu podem ter o mesmo sentido opressor. É o “corpo para si” ou o corpo para o desejo do outro, geralmente o “outro” masculino? Ou quando o discurso feminista sobre a autonomia das mulheres – traduzido no lema histórico “meu corpo me pertence” – é cooptado pelo sistema e convertido em “meu corpo é meu negócio” (“my body is my business”), em uma clara transformação do corpo em coisa, em objeto que pode ser comercializado. Além disso, o aumento da influência das instituições religiosas, sejam elas católicas, evangélicas ou islâmicas, na regulamentação da vida pública está produzindo a não aprovação ou o retrocesso nos direitos relacionados à autonomia das mulheres, à sua vida afetiva e reprodutiva. Ao mesmo tempo, em alguns países, graças à luta dos movimentos LGBT, legaliza-se o casamento de casais do mesmo sexo, se estabelecem direitos de adoção, de herança, etc., mas com enfrentamento de uma forte resistência dos setores conservadores que aumentam a agressividade contra lésbicas, gays e trans.

A militarização, a criminalização e a violência

As vendas da indústria de armas em 2011 foram de 410 bilhões de dólares, cerca de 60% dos quais foram para 44 empresas com sede nos Estados Unidos e 29% por 30 empresas com sede na Europa Ocidental. Frente a uma pequena redução nas vendas, as empresas já iniciam estratégias de deslocamento para a América Latina, Oriente Médio e Ásia e para desenvolver tecnologias de controle da sociedade com a ilusão de maior segurança. O militarismo não se reduz à sua dimensão econômica, mas se estende à imposição de valores militares (crença na

hierarquia, obediência, resolução de conflitos pela força) a toda a sociedade. Esses valores são claramente patriarcais e suas expressões mais agudas são a utilização da violência sexual ou o crescimento da prostituição, inclusive de crianças, associadas à presença militar.

O controle da sociedade também se manifesta pelo aumento da criminalização das lutas sociais, traduzido muitas vezes na distorção dos instrumentos que criamos em defesa da justiça, memória e respeito aos direitos. Exemplos disto são as reações dos militares de Guatemala em resposta ao julgamento do ditador Ríos Montt, responsável pelo genocídio e pela violência sexual contra o povo Ixil. Eles têm acusado ativistas históricas de “terroristas”, seja por vias judiciais, seja incitando parte da população contra elas, em um processo de negação da defesa dos direitos humanos.

Contra as mulheres, soma-se a violência patriarcal. Sabemos que a violência contra as mulheres é uma ferramenta de controle de nossas vidas e nossos corpos. Esta violência tem ganhado visibilidade no último período, sobretudo a violência sexual cometida no espaço público, e tem mobilizado a reação das mulheres e também os homens. Os últimos anos foram marcados por imagens da polícia egípcia arrastando uma ativista e pelo relato de estupro coletivo seguido de morte de uma jovem índia. Nestes casos, os grandes veículos de comunicação hegemônicos apresentam explicações culturalistas e com muito pouca reflexão sobre as causas estruturais desta violência. Nas poucas análises compartilhadas sobre o tema, se falou de como a conquista das mulheres de maior espaço na vida pública com um enorme esforço pessoal e coletivo provoca uma reação da ordem patriarcal extremamente violenta. Apesar do desemprego das mulheres ser ainda maior que o dos homens na maior parte do mundo, as mulheres ainda são acusadas de “roubar” o emprego dos homens da mesma maneira como no início da revolução industrial.

Diante dessas realidades, a Marcha Mundial das Mulheres se posiciona para ser um movimento forte, permanente, presente em muitos outros países, feminista, anticapitalista, que construa um internacionalismo enraizado em lutas locais, para romper o isolamento das comunidades que sofrem diretamente os impactos da militarização e do avanço do capital sobre todas as esferas da vida. Um movimento que atue em aliança com outros movimentos mistos, que, por sua vez, assumam o compromisso com a luta antipatriarcal em suas práticas e seu discurso. Um movimento capaz de construir alianças pontuais com outras organizações de mulheres, sempre reafirmando nossas posições políticas. Um movimento que, ao fortalecer a solidariedade internacional, fortaleça as lutas locais.

Marcha Mundial das Mulheres, <http://www.marchemondiale.org/index.html/es> (extractos del "Elementos para o debate e definição da 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres em 2015" enviado por Miriam Nobre, MMM, minobre@sof.org.br)

-Papéis, direitos e responsabilidades das mulheres em relação aos recursos naturais: Algumas reflexões a partir da Região do Mekong



Talvez seja complexo explicar os direitos e o papel das mulheres com relação aos recursos naturais no Sudeste Asiático. Na Tailândia, no Laos, no Camboja, no Vietnã e em Mianmar – onde grupos identificados como da etnia “tai” e também muitas outras etnias vivem perto dos recursos naturais, em seu sustento baseado na agricultura de subsistência – muitas vezes aprendemos que as mulheres estão cumprindo papéis centrais na posse da terra. Isso faz parte de uma cultura onde o homem se muda para a família da mulher depois de se casar, e ajuda no arrozal de seus sogros, antes de a família da mulher lhes dar alguma terra. Continua a ser comum, até hoje, que a mulher seja a “proprietária” dos arrozais ou das plantações de arroz em terras altas, quer a terra tenha título formal, quer não. Em muitas comunidades, o marido ou os homens da família aceitam o fato de que as mulheres são as que possuem a propriedade da família. Portanto, elas podem ser as únicas integralmente responsáveis pela preservação desses recursos para as próximas gerações.

Mas há muito mais diversidade para além da forma como as mulheres detêm a posse das terras agrícolas no papel e da propriedade das mulheres em todo o Sudeste Asiático. Na região, os recursos naturais ainda são a principal fonte de vida das pessoas. Além de comunidades agrícolas, há muitas que vivem da caça e da coleta para subsistência, e não dependem diretamente ou muito da agricultura. Muitas comunidades que vivem ao longo do principal rio de suas regiões, como o Mekong, só podem viver pescando no rio e coletando alimentos de florestas naturais próximas à suas aldeias. Nessas comunidades, as pessoas vendem peixe e produtos florestais não madeireiros com o objetivo de conseguir dinheiro para comprar arroz, que não conseguem cultivar elas próprias.

Em 2008, a organização TERRA realizou uma pesquisa sobre mudanças econômicas, sociais e ecológicas resultantes de plantações comerciais de árvores no sul do Laos. Encontramos dados interessantes sobre o quanto a mudança no uso da terra e dos recursos pode afetar diretamente as mulheres. Como

descreveu o relatório: “Antes da chegada da concessão de borracha, os moradores das aldeias coletavam produtos silvestres, por exemplo, cogumelos, bambu, brotos de vime, folhas de vegetais e pequenos animais, insetos, peixes, camarões e mariscos, para venda e para o consumo. Áreas que eram ricas fontes de produtos silvestres para as pessoas de todas as seis aldeias estudadas antes do estabelecimento dos seringais: pousios de arroz e arrozais, córregos e suas respectivas margens, florestas caducifólias dipterocarpáceas, florestas tropicais perenes e florestas de uso. Os produtos dessas áreas, que eram colhidos para venda, completavam a economia doméstica. Entre as culturas semissilvestres importantes está o capim-bambu, que os moradores costumavam colher em pousios itinerantes, uma vez por ano, para obter uma renda. Um domicílio na aldeia de Oudomsouk conseguia ganhar 588 dólares por ano com a venda de capim seco. Outro domicílio consegue ganhar até 235 dólares por ano com a venda de produtos silvestres. Esta fonte de renda se perdeu quando a empresa de borracha assumiu os pousios de arroz e várias áreas de floresta dentro e ao redor das aldeias”. As atividades descritas no relatório, incluindo a coleta de alimentos e produtos de florestas e das margens de córregos e riachos próximos, e a coleta de capim-bambu, depois preparado para venda, são todas funções das mulheres.

Cenários semelhantes sobre como as mulheres usam e perdem os recursos continuam até hoje. No trabalho mais recente da TERRA em seis aldeias ao longo dos rios Mekong e Sesan, no norte do Camboja, em 2013, entrevistas com o grupo de mulheres da aldeia refletem claramente sua perda de direitos e de seu papel na posse, no uso e na obtenção de alimentos e de renda para a família, por causa das mudanças no rio e também na floresta natural. Mulheres da aldeia de Koh Hep, uma ilha dentro do rio Mekong onde vivem 106 famílias, relatam que, nos arrozais, só o trabalho com arado é feito predominantemente por homens. Fora isso, as mulheres das famílias fazem tudo da mesma forma que os homens. Além disso, por praticar a pesca ao longo da margem do rio próximo, as mulheres podem identificar claramente quais peixes elas encontravam com mais frequência e quais desapareceram nos últimos anos. As mulheres que passam o dia todo coletando um pouco de comida das florestas nas proximidades da aldeia e voltam à noite para lançar os anzóis na margem e pescar descobriram que estão obtendo cada vez menos das florestas e do rio. Como elas também são responsáveis pela horta situada ao longo da margem do rio Mekong – desde a instalação de cercas até o plantio de melancia, pepino e outras culturas que vendem – elas descrevem que as grandes enchentes e secas não naturais do rio Mekong na última década também destruíram a margem do rio e a renda obtida dele. Em dezembro de 2013, algumas famílias que cultivam melancia perderam 100% de sua produção para a enchente, quando o nível do rio subiu 2 metros muito rapidamente no mês de pico da estação da seca. Embora não tenha certeza sobre o motivo das mudanças que percebe no fluxo do rio, a maioria das mulheres desconfia muito das grandes barragens hidrelétricas construídas a montante pela China, e também das construídas no Vietnã, ao longo do rio Sesan. No caso específico da vila de Koh Hep, na ilha de 8 quilômetros quadrados do rio Mekong, as pessoas também suspeitam de que podem perder toda a terra agrícola se todas as grandes

hidrelétricas no conjunto de 13 barragens planejadas para ser construído em Laos, na fronteira de Tailândia-Laos e Camboja – ou mesmo apenas algumas delas – realmente acontecerem.

Perder terra para grandes plantações de borracha ou perder o rio para barragens são coisas semelhantes para as mulheres, uma vez que significam a perda dos meios de subsistência e dos direitos a proteger a si mesmas e a suas famílias. Hoje, vemos cada vez mais rostos de mulheres nas reuniões sobre grandes plantações e barragens hidrelétricas na região. Isso provavelmente significará que as funções, os direitos e a responsabilidade das mulheres sobre seus recursos e meios de subsistência terão de se expandir, do nível do domicílio aos de comunidade, nacional e internacional – e que as mulheres se tornam a força da campanha permanente na qual todos estamos envolvidos.

Premrudee Daoroung, Towards Ecological Recovery and Regional Alliance (TERRA), e-mail: nangeang@hotmail.com, <http://www.terraper.org/mainpage/index.php>

[Início](#)

-Mudanças na esfera familiar: notas sobre eucalipto e mulheres em Mato Grosso do Sul



“São os movimentos de mulheres rurais que têm estado à frente de ações públicas massivas contra grandes empresas do setor agroalimentar (laboratórios farmacêuticos que produzem as sementes transgênicas e os agrotóxicos) e em defesa da biodiversidade.” (SILIPRANDI, 2013, p.339)

A realidade atual tem evidenciado um crescente protagonismo feminino no campo econômico e, mais recentemente, no debate político. No Brasil, certamente, um dos marcos de visibilidade desta luta política foi a ação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), ligado a Via Campesina, em 2006, com a ocupação dos laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, realizada por duas mil agricultoras. Objetivaram com esta prática denunciar o avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo

de eucaliptos e a conseqüente expulsão dos camponeses. Foi também um ato de defesa da agricultura camponesa como promotora de biodiversidade e plataforma de soberania alimentar. Desta maneira, defenderam a semente para a vida no sentido de que: "As sementes são o início e o fim dos ciclos de produção camponesa, são criação coletiva que reflete a história dos povos e de suas mulheres, as quais foram suas criadoras e principais guardiãs e aperfeiçoadoras". (MARTINS; STEDILE, 2011).

Todavia, essa realidade de defesa das sementes para a vida e enfrentamento do agronegócio, em particular da celulose, é um caminho complexo porque tecido de autonomia e subalternidade. Em Mato Grosso do Sul, na porção leste do Estado, o papel das mulheres tem sido menos de guardiãs das sementes e, mais, de empregadas da celulose – particularmente, porque nesta região quase nenhum espaço foi aberto para os pobres da terra, a não ser aqueles forçados pela luta.

Os dados que constam do Relatório de Sustentabilidade da Fibria, 2011, registraram que havia 897 empregados próprios na Unidade de Três Lagoas/MS, dos quais 90 eram mulheres. Isto representa 10,03% do total da mão de obra feminina empregada pela unidade de Três Lagoas/MS nas operações industriais e florestais. Situação um pouco abaixo da média total empregada pela Fibria de mão de obra feminina que é de 12,73%.

Empregos diretos próprios da Fibria no Brasil 2009 a 2011

	Total de Trabalhadores	Total de mulheres	% de mulheres
2009	4749	675	14,21
2010	5037	726	14,41
2011	4006	510	12,73

Fonte: Fibria - Relatório Sustentabilidade (2011)

Importante destacar que, aproximadamente, 80% da mão de obra feminina empregada pela papelreira trabalha nos viveiros de produção de mudas de eucalipto. Segundo a empresa, como se trata de uma atividade que exige muita sensibilidade no manuseio das mudas, a mulher se destaca por sua delicadeza e paciência - são as guardiãs das mudas de eucalipto clonado. Este parece ser o segredo para se obter bons resultados na produção de mudas: explorar a subjetividade do feminino.

Os dados da unidade de Três Lagoas-MS ainda revelam outra questão: quão reduzida é a participação do trabalho feminino no setor industrial e no setor florestal da Fibria - a elas cabem tarefas específicas. Porém, como a tônica do setor é a terceirização - segundo o referido relatório os trabalhadores terceirizados somavam 2.590, número muito superior em comparação com a quantidade de trabalhadores próprios da Fibria -, o trabalho feminino também entra por esta via no

complexo eucalipto-celulose, principalmente porque é nestas empresas que estão os trabalhadores do setor florestal (plantio, cultivo e colheita).

Vale destacar que a maioria destas empresas terceirizadas aparece em Três Lagoas na época do plantio, do controle das formigas e no tempo da desbrota, depois destas temporadas partem para outros destinos. O resultado é a proliferação dos contratos de trabalho temporários e precarizados, ou seja, contratos de pouco mais de ano - como relatado pelas mulheres do distrito de Arapuá, município de Três Lagoas/MS. Neste tipo de contrato encontramos muitas mulheres da comunidade rural de Arapuá e dos assentamentos rurais próximos às áreas de plantios de eucalipto. Trabalham nesta atividade porque “não tem outra opção”; “não tem outro serviço”; “é trabalhar nas firmas ou ficar desempregada”. Relatam que antes da vinda destas empresas o único trabalho era de empregada doméstica na cidade de Três Lagoas ou, então, o trabalho doméstico em casa junto à família - parte delas morava em fazendas onde o marido tinha trabalho.

Quando indagadas se estão contentes com a atual condição de trabalho, a resposta é negativa porque percebem a exploração. Afirmam que é “um serviço muito puxado”. Trabalham na enxada, no coviamento, no plantio com a matraca, na limpeza da cepa, adubação, irrigação, desbrote com foice, no combate à formiga. Neste último, carregam um pulverizador costal de 20 litros de água. Relata uma delas, que trabalhou em duas firmas com foice, que suas mãos enchiam de bolhas de sangue mesmo com o uso das luvas oferecidas pela empresa.

Outra questão que aparece com frequência em suas falas é que existe hora de ir para o trabalho, mas não de voltar. Saem entorno de 04h30 da manhã e retornam às 18h00, quando o ônibus não quebra – situação comum. Neste caminho de viver para trabalhar ainda tem espaço para comida estragada... e picada de cobra. A fim de evitar acidentes, a orientação das empresas é elas evitem sentar no chão, logo o descanso é em pé no final da rua – mas, somente obtêm este direito as mais rápidas que conseguem chegar primeiro.

Há caso também de dramas que atingem toda a família. A exemplo de uma mulher que trabalhou nos plantios de eucalipto e se encontra acometida de depressão. Obteve alguns dias de licença e, atualmente, está desempregada porque ao retornar ao trabalho foi demitida pela empresa. Hoje, ambos, mulher e marido, são desempregados. Ele foi demitido quando a empresa Urenha faliu e não pagou integralmente os direitos trabalhistas - e não fez os exames de saúde demissional. Infelizmente, ao buscar emprego em outra empresa ficou sabendo nos testes de admissão que possui problemas na coluna e coração, portanto foi considerado inapto para o trabalho. A inexistência dos exames de saúde demissional o impedem de comprovar os problemas de coluna como sequelas decorrentes da atividade que exerceu durante, aproximadamente, vinte anos.

O trabalho no eucalipto também impõem mudanças na relação com os filhos e com a escola. Para uma residente há mais de 20 anos na comunidade Arapuá, a chegada destas empresas alterou a rotina escolar em função do ritmo de trabalho.

Vejamos suas palavras:

As mulheres estão trabalhando. Inclusive a nossa briga política aqui é que a gente precisava de uma creche. Porque tem mães aí que tem dois três filhos e tudo pequeno e acaba deixando com a avó aquele monte de crianças porque trabalha. Tem uma mulher lá em cima mesmo que ela tem dois menininhos. Um no présinho e outro nem estuda ainda. E ela deixa com a avó prá poder ir trabalhar. Porque o pai trabalha, a mãe trabalha e não tem com quem deixar. E aí o que acontece. Chega numa reunião escolar não aparece ninguém. Porque as mães estão trabalhando e elas não vão faltar dias de serviço. E isso ainda permanece a mesma coisa. (Moradora do Distrito de Arapuá. 11 de fevereiro de 2014. Mieceslau Kudlavicz).

Assinalamos que estas observações participativas a respeito de mulheres e eucalipto não tem a pretensão de vitimá-las, ao contrário, se deseja aqui entender e registrar o processo contraditório do capital gerado pelo domínio dos meios de produção, exploração do trabalho feminino e imposição da sociedade de mercado. Situação promotora de desigualdades sociais e de fenômenos que vão desde submissão à sublevação da classe trabalhadora no seu continuo fazer-se como sujeito político, no tempo que somente a ela compete eleger – a nós, cabe a esperança de que este tempo da rebeldia chegue depressa aos campos sulmatogrossenses!

Msc. Mieceslau Kudlavicz, Agente da CPT/MS, e-mail: mie3l@uol.com.br

PS: Agradecimentos à professora doutora Rosemeire A. de Almeida que mesmo na condição além-mar se faz presente neste e em outros trabalhos.

[Início](#)

-Mulheres e plantações: benefício ou sofrimento? A experiência da Nigéria



Na Nigéria, as concessões florestais – incluindo reservas e terras agrícolas comunais – estão sendo tomadas por multinacionais e empresas comerciantes de plantações com a ajuda de alguns membros do governo, para o plantio de monoculturas de árvores voltadas a alimentar os mercados internacionais,

enriquecendo bolsos privados. Plantações de seringueiras, dendezeiros, cacauzeiros e, mais recentemente, gmelinas, bananeiras e pés de mandioca são as predominantes na Nigéria. Todas são voltadas a atender mercados para seres humanos e máquinas na Europa, nos Estados Unidos e em uma legião de países do Sul global. Geralmente, essas plantações de árvores são estabelecidas sem o devido processo que inclua o consentimento livre, prévio e informado ou a consideração de mulheres, homens e crianças da comunidade, que dependem das florestas para sua sobrevivência.

A destruição das florestas resulta em expulsão das comunidades de suas terras ancestrais, alteração cultural, bem como contaminação espiritual. E, para as mulheres, que têm funções de agricultoras, pescadoras, curandeiras tradicionais e donas de casa, comerciantes, buscadoras de água, coletoras de madeira para combustível e parteiras locais, isso tem um grande impacto.

Algumas mulheres já morreram, muitas estão morrendo e algumas ficaram viúvas como resultado do impacto da expansão das plantações monocultoras de árvores em suas localidades. Outras têm de migrar por longas distâncias quando perdem sua fonte de sustento, em busca de trabalhos braçais para sustentar a si e àqueles que estão sob seus cuidados.

Okomu Oil Palm

A Okomu Oil Palm PLC, uma grande empresa de comércio de plantações na Nigéria, está envolvida com a expansão de sua plantação desde 2000, quando foram acrescentados 8.000 hectares de reserva florestal (sem Certificado de Ocupação) para plantação de borracha e óleo de palma aos 15.578 hectares já existentes.

Esta atividade tinha causado a expulsão e a extinção das comunidades de Oweike, Agbede e Ijawcamp. A quarta comunidade, chamada de Makilolo, ainda está resistindo por meio da intervenção da iniciativa Community Forest Watch, da ERA/FoEN.

Devido à militarização dos territórios comunitários pela Okomu Oil Palm, as pessoas se tornaram inquilinas em sua própria terra, ao serem submetidas a rigorosos controles de segurança antes de entrar e sair de suas próprias comunidades (ver Boletim 199 do WRM). As mulheres e outros moradores das comunidades florestais de Makilolo, Agbede, Oweike e Ijaw camp sofreram casos graves de deslocamento e destruição de seus meios de subsistência, enquanto jovens são expostas a diferentes formas de assédio por parte dos agentes de segurança.

A empresa tem eletricidade em todas as suas instalações, mas as comunidades não dispõem dela nem de instalações sanitárias adequadas. A poluição de seus córregos (sua única fonte de água) por produtos químicos usados nas plantações

de árvores tem dado origem a algumas preocupações de saúde na área, como abortos, natimortos, infecções de pele, defeitos de nascimento, bronquite e uma série de outros. Como cuidadoras de suas famílias e de todos aqueles que estão sob seu cuidado, as mulheres estão sujeitas a mais dificuldades e sofrimento, com mais casos de doenças e prevalência de enfermidades.

Apesar desses impactos sobre as comunidades, a Okomu Oil Palm planeja expandir seu cultivo de dendezeiros sobre outros 20.000 hectares este ano, dentro de seu investimento estruturado de 75 bilhões de dólares.

As plantações de seringueira da Michelin

Mulheres de comunidades vizinhas à reserva florestal Iguobazuwa, na área de governo local Ovia South-West, no estado nigeriano de Edo – a qual se encontra em rápido esgotamento – dependiam muito de sua floresta para atender a suas necessidades medicinais nutricionais e de renda familiar. Mas suas florestas e terras agrícolas comunais foram subitamente convertidas pela empresa francesa de borracha Michelin PLC em plantações de seringueira voltadas à exportação de látex para fazer pneus de carro.

A Michelin PLC, uma empresa multinacional de borracha com sede na França, já havia operado na Nigéria antes, com os nomes de Utagbauno Rubber Estate Limited (estado do Delta), Waterside Rubber Estate Limited (estado de Ogun), Araromi Rubber Estate Limited (estado de Ondo) e Osse River Rubber Estate Limited (estado de Edo). Ela agora opera como International Rubber Plantation Society (SIPH) e Rubber Estates Nigeria Limited (RENL). Esta estratégia visa desviar a atenção das pessoas de sua marca principal.

O impacto global das operações da RENL na área afetou as mulheres da comunidade e pessoas das aldeias de Aifesoba, Igueihase, Ora, Iguoriakhi, Iguobazuwa Amienghomwan, Obozogbe, onde mais de 3.500 hectares de massa de terra florestada e terras agrícolas comunais foram dados à empresa sem o devido processo, sem consentimento livre, prévio e informado das comunidades que a receberam, e muito menos a realização de uma Avaliação de Impacto Ambiental adequada.

Outras importantes impulsionadoras de plantações na Nigéria são Wilmar International (Biase Plantations Limited) e Southgate Cocoa Company Limited, ambas no estado de Cross River, onde mais de 7.000 hectares de floresta comunitária Etara e Ekuri-Eyeyeng estão destinados à plantação de cacau. Só as práticas de gestão florestal controladas pelas comunidades e baseadas em seu conhecimento e sua experiência darão Benefícios à Mãe Terra em vez de Sofrimentos às Mães na Terra.

Rita Ikponmwoosa Uwaka, Forest & Biodiversity, ERA/FoE Nigéria, e-mail: rhyta1@yahoo.com

-Mulheres e petróleo: a luta pelo sumak kawsay



Em outubro de 2013, realizou-se uma marcha de mulheres amazônicas até Quito, capital do Equador, para protestar contra a 11ª Rodada de Licitações petrolíferas, que significava a concessão de milhões de hectares em territórios indígenas no centro-sul oriental do Equador. Enquanto isto acontecia, vários dirigentes indígenas, homens, participavam do evento de abertura da mencionada licitação. Outros, por fora do evento, mostravam-se um pouco reticentes quanto a demonstrar um apoio aberto e decidido às mulheres indígenas.

Em outra ocasião, nesse mesmo mês, Alicia Cauiya, da nacionalidade Waorani, subindo ao microfone diante do plenário da Assembleia Nacional do Equador, rechaçou o roteiro que lhe haviam preparado para abrir caminho à sua valente intervenção, na qual disse que sete empresas petrolíferas operam no território waorani, que não deixaram benefícios para seu povo, e sim mais pobreza e contaminação. Alicia acrescentou que o tema Yasuní deve ser submetido a consulta. Depois de falar, Alicia foi repreendida pelos homens dirigentes waoranis. A intervenção dela se dava em um momento crucial, quando o governo do Equador recuava da Iniciativa Yasuní-ITT, que consistia em deixar 900 milhões de barris de petróleo no subsolo de uma parte do Parque Nacional Yasuní, território ancestral dos waoranis e uma das áreas mais biodiversas do planeta.

A luta das mulheres no Equador tem paralelo em outros continentes. Por exemplo, em julho de 2002, cerca de 600 mulheres itsekiris ocuparam o terminal petrolífero da Chevron-Texaco em Escravos, na Nigéria. Entre suas demandas, estava a de que elas fossem levadas em conta na hora de tomar decisões sobre as atividades petrolíferas nessa região do Delta do Níger. Esta ação foi seguida de muitas outras nesse país, várias delas lideradas por jovens e por mulheres.

Esses exemplos do Equador e da Nigéria são apenas uma amostra de como as mulheres, principalmente indígenas e camponesas, enfrentam o poder patriarcal, tanto na esfera pública quanto em suas comunidades. No tema do petróleo, é comum ver, na América Latina, que as mulheres são as primeiras a defender o território diante das ameaças de projetos extrativistas.

Isso é fácil de explicar quando vemos que, de acordo com a experiência no monitoramento dos impactos das atividades de gás e petróleo realizadas pela rede Oilwatch (Observatório do Petróleo), as mulheres são as mais afetadas. Por isso é que as mulheres indígenas e camponesas lutam para evitar que se continue extraindo petróleo ou gás de seus territórios. Estas mulheres, assim como Alicia Cuiya, em vez de sofrer escárnio, deveriam ser reconhecidas pelo mundo, porque sua resistência é um aporte à defesa dos direitos não apenas da natureza, mas também de toda a humanidade.

As mulheres indígenas e camponesas não necessitam de títulos de doutorado para saber como o petróleo viola os seus direitos e afeta a vida de forma irreparável. As mulheres padecem mais por causa da contaminação petrolífera, pois estão em permanente contato com a água quando lavam roupa, acompanham seus filhos até o rio para que se banhem ou quando preparam os alimentos. Também são elas que devem cuidar dos enfermos nos lares. No Equador, de acordo com estudos da Acción Ecológica, por exemplo, a incidência de câncer em zonas petrolíferas é três vezes maior do que a média nacional, afetando principalmente as mulheres.

As mulheres das zonas petrolíferas não estão apenas empobrecidas, mas também estão sob pressão por ter que trabalhar mais, pois, em muitos casos, os homens abandonam o lar para ir às áreas de operação. No Equador – por exemplo, nas províncias petrolíferas – 65% das mães são solteiras ou chefes de família. Nas zonas onde se produz petróleo, aumentam o alcoolismo, a violência e a prostituição.

Por essas e outras razões, são as mulheres que resistem à entrada das empresas petroleiras, seguindo a história da humanidade, pois, há milhares de anos, são elas que se preocupam com o bem-estar e o bem-viver das famílias e das comunidades. São as mulheres que economizam recursos como energia ou água, que se encarregam de manter o ambiente saudável; são elas que educam as crianças e cuidam da família e da natureza.

As mulheres são portadoras de uma bagagem de saberes que devem ser conhecidos, escutados e aprendidos para se construir soberania local ou até para conter a mudança climática.

Isso está de acordo com o que sustentam várias pensadoras feministas, como a alemã Friederike Habermann, que diz que, em um debate sobre extrativismo, é crucial fazer uma análise da relação das mulheres com seus territórios e o papel que elas assumem na defesa dos mesmos.

Sabemos que, para a reprodução do capitalismo e para que este funcione, é necessário aprofundar o extrativismo, a apropriação de territórios e a privação de direitos. As formas sociais de cuidado da terra e dos territórios estão principalmente em mãos de mulheres, e elas lutarão para defendê-las, razão pela qual se convertem em um estorvo para a acumulação de capital. Sendo assim,

passa a ser um imperativo dos agentes do capitalismo que as mulheres percam poder como dirigentes e ativas defensoras de direitos e, para que isso possa acontecer, enfatiza-se que a mulher deve ficar dentro da comunidade e os homens devem fazer a parte política-pública.

É por isso que as mulheres indígenas no Equador passaram a ser um incômodo para o avanço da fronteira petrolífera, porque são precisamente elas que estão tratando de deter o extrativismo, além das fronteiras de seus territórios ou dentro deles. E não se trata apenas da proteção de terras e territórios; em essência, trata-se da construção do *sumak kawsay*.

O *sumak kawsay*

“O *sumak kawsay*, ou Bem-viver, é o modo de vida dos povos andinos e, ao mesmo tempo, uma proposta para o mundo que surge a partir da visão dos marginalizados dos últimos 500 anos. É proposto como uma oportunidade para se construir outro “sistema-mundo” a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no mundo e do respeito à Natureza. Esta concepção desnuda os erros e as limitações das diversas teorias do chamado “progresso e desenvolvimento”. A partir de vários ângulos, não só do mundo andino, aparecem respostas às demandas não atendidas pelas visões tradicionais da modernidade o Bem-viver, resumindo, é a busca do ser humano pela vida em harmonia consigo mesmo, com seus congêneres e com a Natureza, e, por fim, por entender que todos somos Natureza e que somos interdependentes um do outro, que existimos a partir do outro. Buscar essas harmonias não implica desconhecer os conflitos sociais, as diferenças sociais e econômicas, tampouco negar que estamos em um sistema que é, antes de tudo, predador, como o capitalista. Portanto, diferentemente do mundo do consumismo e da extrema concorrência, o que se pretende é construir sociedades nas quais o individual e o coletivo coexistam em complementaridade e em harmonia com a Natureza, onde a racionalidade econômica se reconcilie com a ética e o bom senso. A economia tem que se reencontrar com a Natureza para preservá-la e não para destruí-la, para preservar valor de uso e não valor de troca”, Alberto Acosta (30 de janeiro de 2014, <http://www.rebellion.org/noticias/2014/1/180034.pdf>).

Ao se converter em um novo paradigma, o *sumakkawsay* – embora seja um

conceito muito complexo, pois denota uma filosofia indígena andina ancestral – envolve uma forma distinta de relação entre os seres humanos e a natureza. O *sumak kawsay* somente pode ser viável em nível nacional ou global quando os direitos da natureza forem plenamente aplicados e respeitados, e em meio a um caminho pós-petroleiro que escape do capitalismo. As mulheres amazônicas estão mostrando como avançar em direção a essa realidade.

Con tudo, também estão se criando outros espaços diversos de articulação de mulheres frente ao extrativismo em nível latino-americano. Neles, pretende-se avançar na compreensão do impacto dos mega projetos mineiro-energéticos na vida de meninas e mulheres, e dar visibilidade à resistência e à defesa que as mulheres fazem dos territórios. Também se visa à necessidade de investigar, documentar, dar seguimento e divulgar com mais detalhes os impactos diferenciados das atividades extrativas sobre as mulheres, como conclui a declaração do Encontro Latino-Americano Mulher e Mineração, realizado em Bogotá, Colômbia, em outubro de 2011.

Por este mesmo caminho, apesar de não se conhecerem, milhares de mulheres no mundo caminham lutando frente à expansão mineradora e petroleira.

Ivonne Yañez, Oilwatch Sudamérica, e-mail: sudamerica@oilwatch.org

[Início](#)

-Brasil: Exploração sexual de mulheres em torno da construção de megarepresas na Amazônia



Apesar de terem conquistado mais espaço na sociedade, as mulheres continuam sofrendo com a opressão, a exploração e a violência praticadas contra elas. Em países como o Brasil, a grande mídia, através de jornais, revistas e da televisão, acaba cumprindo um papel perverso. Em um mundo onde reina o capitalismo neoliberal e os corpos das mulheres se tornam cada vez mais meras mercadorias, a mídia, por exemplo, força a mulher a se adequar a um determinado perfil ideal, de modelo. Além disso, o corpo da mulher está sendo usado para recomendar todo tipo de produto, desde produtos de limpeza e carros até marcas de cerveja. E a mídia também mostra como o corpo da mulher estaria sempre à disposição dos

homens para trabalhos sexuais. Portanto, acaba incentivando essa prática, com a ideia de que as mulheres teriam plena liberdade, ou seja, como se a prostituição fosse uma escolha da qual elas pudessem entrar ou sair a qualquer momento.

No entanto, isso esconde uma realidade bem distinta. Primeiramente, o trabalho sexual costuma ser feito, em sua grande maioria, por mulheres, mas é controlado por homens, dentro da sociedade patriarcal. Além disso, a grande maioria das mulheres é pobre, de todas as idades, em busca da sobrevivência em um mundo onde faltam para elas outras oportunidades. A ocorrência de violência, estupro e agressão física, além de roubos e problemas de saúde, é muito comum. A exploração sexual de mulheres é uma realidade que não ocorre só nas grandes cidades, mas também em torno de grandes empreendimentos na Amazônia brasileira, por exemplo, na construção de mega-hidrelétricas como a de Belo Monte (veja <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/brasil-belo-monte-un-proyecto-hidroelectrico-ilegal-e-inmoral-que-viola-numerosos-derechos/>).

Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, membro da Via Campesina, comentam esse processo. Segundo Elisa Estronioli, “o MAB, quando ele vai aprofundando o estudo da violação dos direitos dos atingidos por barragens, ... identifica que as mulheres têm seus direitos humanos mais intensamente violados quando acontecem as construções das barragens. Uma das formas de violação de direitos é justamente a prostituição”. (...) “Uma barragem que nem Belo Monte, que tem agora, no auge, 28 mil trabalhadores, a grande maioria homens lá dentro, é uma bomba relógio. Aquilo é uma estrutura muito militarizada, de muita opressão, de muita tensão dos trabalhadores, e aí o corpo das mulheres, através da prostituição, é utilizado como um mecanismo para apaziguar os ânimos dos trabalhadores.”

Segundo Daniela de Lorenz: “Quando os operários vão lá trabalhar, eles recebem tipo vales, créditos, que eles podem gastar no mercado local, e dentro desse mercado local é o mercado de prostituição”. Elisa diz que “lá em Belo Monte, por exemplo, você tem casas de prostituição que a Norte Energia [empresa responsável pela construção de Belo Monte] alega que não conhece, mas que são na entrada do canteiro, que são dentro do território que foi expropriado para a construção da barragem, que qualquer pessoa que passa por aí, indo para o canteiro, vê que aquilo é um espaço de prostituição.”

Mas, muitas vezes, as mulheres que se encontram nessa condição de exploração sexual, quando ganham espaço para denunciar isso, são coagidas ou ameaçadas de tal forma que acabam negando que isso esteja acontecendo. Marinete Lima, do MAB, afirma que “nós estamos com um desafio muito grande, de trabalhar com as mulheres, de conscientizar as mulheres de que elas não são uma mercadoria, e que nós, mulheres, temos o direito de dizer não a esse sistema capitalista, a esse sistema de barragens, esses empreendimentos que eles dizem, quando eles chegam, que é o progresso. Mas esse progresso não nos agrada, então nós, como mulheres do MAB, temos esse desafio, de nos organizar como mulheres e

ter o direito de dizer não a essas barragens.”

Baseado no novo vídeo da SOF (Sempreviva Organização Feminista) do Brasil. Para ver o vídeo completo em português, acesse <https://www.youtube.com/watch?v=UvS4hwSa8So>

[Início](#)

-Conflitos ambientais e mulheres na África



Um relatório de Edwin C. Perry, Cheryl Potgieter e Urmilla Bob (1) destaca as ligações entre os conflitos ambientais e as mulheres. Os autores se juntam à crescente atenção dada por movimentos de mulheres, organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadores, entre outros, à violência contra as mulheres, bem como à necessidade de examinar suas ligações com situações de conflito.

O relatório afirma que a violência contra a mulher “ocorre mais frequentemente durante os períodos de conflito, principalmente quando o tipo de conflito vivenciado é caracterizado por violência física e ocorre em sociedades que tendem a ser patriarcais. A vulnerabilidade das mulheres aumenta significativamente em períodos de violência, e os conflitos ambientais não são exceção. Este aspecto é particularmente importante porque os conflitos ambientais muitas vezes geram desalojados, migrantes e/ou refugiados. Embora os estudos tenham demonstrado que a violência de gênero é uma característica dos conflitos ambientais (2), há muito poucos dados disponíveis sobre a distribuição espacial real e percebida, e sobre a compreensão da violência de gênero e da vulnerabilidade relacionada a conflitos ambientais.

As origens e os significados das formas como as próprias mulheres percebem o ambiente e o conflito são fundamentais para a compreensão da relação entre gênero e violência. As principais fontes de informação sobre a vulnerabilidade das mulheres em situações de conflito ambiental se baseiam principalmente em estatísticas (geralmente policiais), pesquisas com vítimas e uma série de

estimativas por parte de organizações que trabalham com sobreviventes de violência. É importante notar que há consenso de que, na maioria dos casos, a violência contra as mulheres não é informada a fontes oficiais, incluindo a polícia. Além disso, pesquisas com vítimas e informações dos sobreviventes da violência tendem a se limitar a estudos de casos específicos e/ou à narrativa de experiências.

Também há consequências políticas em relação ao aumento da vulnerabilidade das mulheres. Enquanto o medo de vitimização restringe a vida delas e lhes causa sofrimento, os membros vulneráveis das comunidades costumam recuar de espaços públicos, principalmente quando os conflitos resultam em violência extrema. Dada a natureza patriarcal da sociedade, a participação das mulheres na esfera pública geralmente é limitada, de qualquer forma. Esse recuo muitas vezes faz com que as experiências e as questões das mulheres não sejam levantadas quando estão sendo discutidos os impactos do conflito ambiental e se estão desenvolvendo estratégias de intervenção.

Há uma aceitação de que a pobreza e a degradação ambiental (um aspecto importante de vários tipos de conflitos ambientais) têm impactos desproporcionais sobre mulheres africanas (especialmente as que residem em áreas rurais). A feminização da pobreza está bem documentada, mas há uma carência de estudos que examinem a feminização dos conflitos ambientais em relação aos fardos desproporcionais e ao aumento da vulnerabilidade que as mulheres enfrentam como resultado de conflitos ambientais. A vulnerabilidade delas também está diretamente ligada ao fato de que, embora constituam mais de metade da população e forneçam a maior parte da oferta de alimentos nos países em desenvolvimento, as mulheres têm acesso limitado à propriedade e à copropriedade de terras e recursos naturais. Na Suazilândia, a contribuição das mulheres para a mão de obra e a gestão na produção de alimentos foi estimada entre 60% e 80%”.(3)

Em conexão com o impacto direto dos conflitos ambientais na vida das mulheres, principalmente em comunidades pobres, os autores explicam como, após a violência na Libéria durante a recente Guerra Civil, “as mulheres estavam menos preocupadas com a reparação e indenizações por violência sexual, e mais com a perda de seus meios de subsistência, bem como de sua capacidade de acessar recursos, como a água segura, e serviços, como educação e saúde”.(4)

Na África rural, o relatório reflete sobre situações em que as mulheres têm dependência econômica em relação aos homens, reforçada inclusive por tradições culturais e práticas religiosas que ditam as relações e os papéis das mulheres nas sociedades, bem como as relações com os recursos, principalmente a terra. Eles explicam que “uma ampla pesquisa mostra que, em comparação com os homens, as mulheres geralmente estão em desvantagem em termos de controle e acesso aos recursos, incluindo a terra”.(5)

No entanto, as mulheres são cuidadoras ambientais fundamentais. Seu vasto conhecimento sobre o ecossistema que constitui o seu sustento é a chave para garantir o futuro das comunidades locais, nem como das florestas e biomas de que elas dependem. O ato de bem conservar a Natureza também tem ligações diretas com as mulheres e seu acesso a tudo que a natureza oferece, como água, lenha, plantas medicinais, alimentos silvestres e terras agrícolas. Como explicam os autores do relatório: “Os conflitos ambientais têm resultado, muitas vezes, em acesso restrito ou degradação desses recursos vitais”.

Para os setores mais pobres – que, concordando com os autores, muitas vezes são mulheres e crianças pobres – “o custo dos conflitos ambientais é maior, dado o acesso restrito a recursos e oportunidades, além de uma quantidade menor de mecanismos disponíveis para amortecer os efeitos de ser vítima – como a capacidade de se mover ou recursos para aumentar a proteção”.

O reconhecimento do papel das mulheres na conservação das florestas e da natureza em geral, bem como sua vulnerabilidade à disponibilidade restrita e limitada de recursos, aumenta a consciência sobre a relação entre elas e os conflitos ambientais. Na verdade, aumenta a necessidade de se construir uma visão ecológica e integrada que abra caminho para uma transformação em nossas sociedades.

(1) “Environmental conflicts and women’s vulnerability in Africa”, Edwin C. Perry, Cheryl Potgieter e Urmilla Bob, in African Journal on Conflict Resolution, Edição especial sobre Meio Ambiente e Conflito, Volume 10 No. 2, 2010, <http://www.ajol.info/index.php/ajcr/article/viewFile/63315/51198><http://www.ajol.info/index.php/ajcr/article/viewFile/63315/51198>

(2) Ver, por exemplo, Brocklesby e Hinshelwood, 2001; Fred-Mensah, 2003; Ogra, 2008; Veuthey e Gerber, 2009.

(3) Mkhabela, (2006:67)

(4) Pillay, (2009:98)

(5) Agarwal, 1996, com foco na Índia; Cross e Hornby, 2002, com foco na África do Sul; Fred-Mensah, 2003, com foco na fronteira Gana-Togo; Rao, 2006, com foco na Índia.

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

-Campanha internacional para definir as florestas pelo que elas realmente significam

Via Campesina, Amigos da Terra Internacional, Focus on the Global South, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e mais de 120 organizações de todo o mundo enviaram uma carta à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, em Roma, por ocasião do 21 de Março,

designado pela ONU como Dia Internacional das florestas. A carta pede à FAO que modifique sua atual definição de floresta, cujos aspectos mais perversos incluem os monocultivos industriais de árvores como um tipo de floresta.

A carta termina conclamando a FAO a refletir, em sua definição, aquilo que faz com que uma floresta seja uma floresta para os povos que dela dependem:

“Diferentemente do processo já existente na FAO, a elaboração de uma definição nova e mais apropriada de floresta deve envolver as mulheres e os homens que dependem diretamente dessas florestas. Uma definição apropriada deve respaldar as formas de vida, redes e organizações dessas pessoas. No Dia Internacional das Florestas, nós nos comprometemos a prosseguir com a campanha para que a FAO e todas as organizações pertinentes iniciem um processo, dirigido pelas comunidades das florestas, para formular uma nova definição de floresta.”

Durante os próximos três meses, os grupos também apresentarão a demanda perante os escritórios nacionais e regionais da FAO.

Ver <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/carta-aberta-a-fao-por-ocasio-do-dia-internacional-das-florestas-2014/http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/carta-aberta-a-fao-por-ocasio-do-dia-internacional-das-florestas-2014/>

[Início](#)

-Dia Internacional em Defesa das Sementes Camponesas

As camponesas e os camponeses articulados na Via Campesina convocam, para o próximo 17 de Abril, o dia de ação e mobilização global em defesa das lutas camponesas, com ênfase nas sementes camponesas, que são patrimônio dos povos na afirmação da Soberania Alimentar.

A Via Campesina destaca que as sementes camponesas vêm sendo agredidas por capitais que buscam privatizá-las e padronizá-las em favor da agricultura industrial. Entretanto, na África, na Ásia, na Europa e nas Américas, cresce e se fortalece a cada ano a capacidade de mobilização e luta dos povos organizados contra a agroindústria que gera exploração e morte, concentra a terra, envenena os alimentos e expulsa camponeses e camponesas, assim como povos indígenas, de seus territórios.

No dia de luta, a organização denunciará as transnacionais, o agronegócio, o uso de agrotóxicos e transgênicos, assim como rejeitará toda a tentativa de repressão, criminalização dos protestos, penalização e morte. Seu anúncio é: “Continuaremos lutando para transformar todo aquele que nos oprime, domina e submete”.

<http://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-luta-campesina-mainmenu-33/2050-17-de-abril-dia-internacional-de-las-lutas-campesinas-en-defensa-de-las-sementes-campesinas>

-Denúncia de um pacto para transformar a região em um grande deserto de eucaliptos

Neste 8 de março de 2014, camponesas e camponeses do MPA, MST, MMC, Quilombolas, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucuri e Montanha, da FETAES, da Juventude, entre outros movimentos sociais foram às ruas de Montanha (ES) a denunciar um pacto entre fazendeiros, o poder público e multinacionais como a Fíbria (antiga Aracruz Celulose) para transformar a região em um grande deserto de eucaliptos! O ato político na praça central contou com 1.000 mulheres distribuindo eucaliptos em torno da prefeitura e dos órgãos públicos como forma de denúncia! Foi feita uma homenagem aos companheiros Saturnino Ribeiro e Valdício Barbosa que tombaram na luta pela terra nesta região. Depois a marcha seguiu para a distribuição de dois caminhões de alimentos nos bairros da periferia de Montanha.

O agronegócio é a estratégia do capitalismo patriarcal no campo! Devemos denunciá-lo e nos unir para lutar! Basta de violência contra as mulheres! A reforma agrária é a única forma viável para produção de alimentos saudáveis para os trabalhadores e trabalhadoras! foi a consigna.

Fonte: MST do estado do Espírito Santo, Brasil

RECOMENDADOS

-Environmental Justice Atlas - do EJOLT, um ambicioso projeto financiado pela União Europeia que reúne membros do âmbito acadêmico e da sociedade civil para catalogar a proliferação de conflitos ambientais no mundo e os espaços de resistência. O mapa interativo descreve em detalhe mais de 900 casos de crimes ambientais.

<http://ejatlas.org/>

-Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development , Bent Flyvbjerg, Alexander Budzier, Daniel Lunn. Importante estudo científico de pesquisadores da Universidade de Oxford sobre todas as grandes barragens (245 projetos em 65 países) construídas entre 1934 e 2007. www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421513010926

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês
Editor en jefe: Winfridus Overbeek
Redactora responsable: Raquel Núñez Mutter
Apoyo editorial: Elizabeth Díaz, Flávio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional del WRM
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay



tel: 598 2413 2989 / fax: 598 2410 0985
wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>